

Legislação Portuguesa na área do Tráfico de Seres Humanos

Portuguese Legislation in the field of Trafficking in Human Beings



CÓDIGO PENAL

Lei 59/2007, de 4 de Setembro

Artigo 160.º

Tráfico de pessoas

1 - Quem oferecer, entregar, aliciar, aceitar, transportar, alojar ou acolher pessoa para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos:

- a) Por meio de violência, rapto ou ameaça grave;
 - b) Através de ardil ou manobra fraudulenta;
 - c) Com abuso de autoridade resultante de uma relação de dependência hierárquica, económica, de trabalho ou familiar;
 - d) Aproveitando -se de incapacidade psíquica ou de situação de especial vulnerabilidade da vítima; ou
 - e) Mediante a obtenção do consentimento da pessoa que tem o controlo sobre a vítima;
- é punido com pena de prisão de três a dez anos.

2 - A mesma pena é aplicada a quem, por qualquer meio, aliciar, transportar, proceder ao alojamento ou acolhimento de menor, ou o entregar, oferecer ou aceitar, para fins de exploração sexual, exploração do trabalho ou extracção de órgãos.

3 - No caso previsto no número anterior, se o agente utilizar qualquer dos meios previstos nas alíneas do n.º 1 ou actuar profissionalmente ou com intenção lucrativa, é punido com pena de prisão de três a doze anos.

4 - Quem, mediante pagamento ou outra contrapartida, oferecer, entregar, solicitar ou aceitar menor, ou obtiver ou prestar consentimento na sua adopção, é punido com pena de prisão de um a cinco anos.

5 - Quem, tendo conhecimento da prática de crime previsto nos n.º 1 e 2, utilizar os serviços ou órgãos da vítima é punido com pena de prisão de um a cinco anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

6 - Quem retiver, ocultar, danificar ou destruir documentos de identificação ou de viagem de pessoa vítima de crime previsto nos n.º 1 e 2 é punido com pena de prisão até três anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

Lei nº 23/2007 de 4 de Julho

Approva o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional

À pessoa que tenha sido sinalizada como eventual vítima de tráfico é concedido um prazo de reflexão que tem uma duração mínima de 30 dias e máxima de 60 dias, permitindo desta forma recuperar e escapar à influência dos traficantes. Durante esse prazo de reflexão não pode haver medidas de afastamento

Durante esse período é assegurada a sua subsistência e o acesso a tratamento médico urgente e adequado sendo garantida ainda a sua segurança e protecção, assistência psicológica, assistência de tradução e interpretação, bem como assistência jurídica, nos termos da lei.

É concedida autorização de residência a cidadão estrangeiro que seja ou tenha sido vítima de tráfico de pessoas desde que:

- a) Seja necessário prolongar a sua permanência por causa das investigações e procedimentos judiciais;
- b) Mostre vontade clara em colaborar com as autoridades;
- c) E tenha rompido as relações que tinha com os traficantes

A autorização de residência é válida por um período de um ano e renovável por iguais períodos, se as condições referidas anteriormente continuarem a estar preenchidas ou se se mantiver a necessidade de protecção dessa pessoa

Durante esse período a vítima de tráfico tem acesso a programas oficiais existentes, cujo objectivo seja ajudar a retomar uma vida social normal, incluindo cursos destinados a melhorar as suas aptidões profissionais.

Menores

No que diz respeito aos/às menores, eles/as têm direito a todos os recursos referidos anteriormente (adequados à sua idade e maturidade), sendo que o prazo de reflexão pode ser prolongado se o interesse do/a menor o exigir.

Têm também acesso ao sistema educativo nas mesmas condições que os/as cidadãos/às nacionais. Todas as diligências serão desencadeadas para estabelecer a identidade e nacionalidade do/a menor não acompanhado/a, bem como para localizar o mais rapidamente possível a sua família, garantindo igualmente a sua representação legal, incluindo, se necessário, no âmbito do processo penal.

Decreto-Lei n.º 368/2007 de 5 de Novembro

Pode ser concedida uma autorização de residência a vítima de tráfico de pessoas sem a necessidade dos requisitos anteriormente referidos, quando circunstâncias pessoais da vítima relacionadas com situações de vulnerabilidade dela, seus familiares ou pessoas que com ela mantenham relações próximas o justifiquem.

Os direitos das vítimas de tráfico

As pessoas sinalizadas como vítimas de tráfico têm direito a um prazo de reflexão de 30 a 60 dias;

Durante esse período é garantido o seu acolhimento em condições de segurança e protecção, a sua subsistência, o acesso a tratamento médico urgente e adequado, assistência psicológica, assistência de tradução e interpretação, bem como assistência jurídica.

Uma vítima de tráfico tem direito a uma autorização de residência com a duração de um ano o qual pode ser renovada.

Durante essa autorização de residência tem acesso a programas oficiais no sentido de promover a sua reinserção.

CODE PENAL

Loi 59/2007, du 4 septembre

Article 160.

Traite des êtres humains

1 - Quiconque offre, remet, recrute, accepte, transporte, héberge ou accueille une personne à des fins d'exploitation sexuelle, de travail ou de prélèvement d'organes:

a) Par le recours à la violence, à l'enlèvement ou à la menace grave;

b) Par la tromperie ou la fraude;

c) Avec abus d'autorité résultant d'une relation de dépendance hiérarchique, économique, de travail ou familiale;

d) Profitant de l'incapacité psychique ou d'une situation particulière de vulnérabilité de la victime; ou

e) Moyennant l'obtention du consentement de la personne qui a le contrôle de la victime;

est puni d'une peine de prison allant de trois à dix ans.

2 - La même peine est appliquée à quiconque qui, par tout moyen, recrute, transporte, héberge ou accueille un mineur, ou le remet, l'offre ou l'accepte, à des fins d'exploitation sexuelle, de travail ou de prélèvement d'organes.

3 - Dans le cas prévu au point précédent, si l'agent utilise l'un des moyens prévus aux alinéas du point 1 ou agit professionnellement ou dans un but lucratif, il est puni d'une peine d'emprisonnement allant de trois à douze ans.

4 - Quiconque, moyennant un paiement ou une autre contrepartie, offre, remet, demande ou accepte un mineur, ou obtient ou donne le consentement lors de son adoption, est puni d'une peine de prison allant d'un à cinq ans.

5 - Toute personne qui, sachant qu'il s'agit de la pratique d'un crime prévu aux points 1 et 2, utilise les services ou les organes de la victime est punie d'une peine de prison allant d'un à cinq ans, si une peine plus grave ne lui est pas applicable en vertu d'une autre disposition légale.

6 - Quiconque retient, occulte, endommage ou détruit des documents d'identification ou de voyage d'une personne victime de crime prévu aux points 1 et 2 est puni d'une peine de prison allant jusqu'à trois ans, si une peine plus grave ne lui est pas applicable en vertu d'une autre disposition légale.

Loi n° 23/2007 du 4 juillet

Approuve le régime juridique d'entrée, de séjour, de sortie et d'éloignement des ressortissants étrangers du territoire national

Un délai de réflexion d'une durée minimale de 30 jours et maximale de 60 jours est accordé à la personne qui a été signalée comme victime éventuelle de traite en vue de lui permettre de se rétablir et d'échapper à l'influence des trafiquants. Pendant ce délai, aucune mesure d'éloignement ne peut être exécutée à son égard.

Au cours de cette période, la subsistance de la victime doit lui être assurée ainsi que l'accès aux soins médicaux d'urgence et appropriés. On doit, aussi, garantir sa sécurité et la protection, l'assistance psychologique, une aide en matière de traduction et d'interprétation, bien comme l'assistance juridique, conformément à la loi.

Un permis de séjour est délivré au ressortissant étranger qui est ou a été victime de traite pour autant que:

- a) Il s'avère nécessaire de prolonger son séjour en raison des enquêtes et procédures judiciaires;
- b) Il manifeste clairement sa volonté de collaborer avec les autorités;
- c) Et il ait mis fin aux relations qu'il entretenait avec les trafiquants

Le titre de séjour est valable pour une période d'un an et susceptible d'être renouvelé pour des périodes équivalentes, si les conditions mentionnées précédemment sont toujours remplies ou si la nécessité de protection de cette personne s'avère toujours nécessaire.

Au cours de cette période la victime de traite a accès aux programmes officiels existants, en vue de l'aider à reprendre une vie sociale normale, y compris les cours de formation dans le but d'améliorer ses aptitudes professionnelles.

Mineurs

En ce qui concerne les mineurs/es, ils/elles ont droit à toutes les ressources mentionnées ci-dessus [appropriées à leurs âge et maturité]. Le délai de réflexion pouvant être prolongé si l'intérêt du/de la mineur/e vient à l'exiger.

Ils ont également accès au système éducatif dans les mêmes conditions que les citoyens/citoyennes nationaux/nationales.

Toutes les démarches seront entreprises afin d'établir l'identité et la nationalité du/ de la mineur/e non accompagné/e, bien comme de localiser le plus rapidement possible sa famille, en garantissant aussi

sa représentation légale, y compris, le cas échéant, dans le cadre d'une procédure pénale.

Décret-loi n.° 368/2007 du 5 novembre

Un permis de séjour peut être délivré à la victime de traite sans être tenu de respecter les exigences mentionnées précédemment, lorsque des circonstances personnelles de la victime dues à des situations de vulnérabilité à l'égard de son entourage familiale ou à des personnes qui maintiennent avec elle des relations proches, le justifient.

Les droits des victimes de traite

Les personnes signalisées comme victimes de traite ont droit à un délai de réflexion de 30 à 60 jours; Pendant cette période est garanti leur accueil dans des conditions de sécurité et protection, leur subsistance, l'accès aux soins médicaux d'urgence et appropriés, l'assistance psychologique, l'aide à la traduction et à l'interprétation, bien comme l'assistance juridique.

Une victime de traite a droit à un permis de séjour d'une durée d'un an pouvant être renouvelé.

Pendant la durée du permis de séjour, elle a accès aux programmes officiels en vue de promouvoir sa réinsertion.

CÓDIGO PENAL

Ley 59/2007, de 4 de Septiembre

Artículo 160.º

Tráfico de personas

1 - Quien ofrezca, entregue, incentive, acepte transportar, alojar o acoger a una persona para fines de explotación sexual, explotación laboral o extracción de órganos:

- a) Por medio de violencia, rapto o amenaza grave;
 - b) A través de engaño o maniobra fraudulenta;
 - c) Con abuso de autoridad resultante de una relación de dependencia jerárquica, económica, laboral o familiar;
 - d) Aprovechándose de incapacidad psíquica o de situación de especial vulnerabilidad de la víctima; o
 - e) Mediante la obtención del consentimiento de la persona que tiene el control sobre la víctima,
- será castigado con pena de cárcel de tres a diez años.

2 - Le será aplicada la misma pena a quien, por cualquier medio, incentive, transporte, proceda al alojamiento o acogida de menor, o le entregue, ofrezca o acepte para fines de explotación sexual, explotación laboral o extracción de órganos.

3 - En el caso previsto en el número anterior, si el agente utilizase cualquiera de los medios previstos en los párrafos del n.º 1 o actuase profesionalmente o con intención lucrativa, será castigado con pena de cárcel de tres a doce años.

4 - Quien, mediante pago u otra contrapartida ofrezca, entregue, solicite o acepte menor, u obtenga o preste consentimiento para su adopción, será castigado con pena de cárcel de uno a cinco años.

5 - Quien, teniendo conocimiento de la práctica de crimen previsto en los n.º 1 y 2, utilice los servicios u órganos de la víctima será castigado con pena de

cárcel de uno a cinco años, en el supuesto de que no le quepa pena más grave por fuerza de otra disposición legal.

6 - Quien retenga, oculte, dañifique o destruya documentos de identificación o de viaje de persona víctima de crimen previsto en los n.º 1 y 2 será castigado con pena de cárcel de hasta tres años, en el supuesto de que no le quepa pena más grave por fuerza de otra disposición legal.

Ley nº 23/2007 de 4 de Julio

Aprueba el régimen jurídico de entrada, permanencia, salida y expulsión de extranjeros del territorio nacional

A la persona tenida como eventual víctima de tráfico se le concede un plazo de reflexión con una duración mínima de 30 días y máxima de 60 días, permitiéndosele de esta forma recuperarse y escapar a la influencia de los traficantes. Durante ese plazo de reflexión no podrán darse medidas de expulsión

Durante ese plazo le será asegurada su subsistencia y el acceso a tratamiento médico urgente y adecuado garantizándosele asimismo su seguridad y protección, apoyo psicológico, asistencia de traducción e interpretación y también la consiguiente asistencia jurídica, dentro de los términos de la ley.

Le será concedida autorización de residencia a todo ciudadano extranjero que sea o haya sido víctima de tráfico de personas, siempre que:

- a) Sea necesario prolongar su permanencia por causa de las investigaciones y procesos judiciales;
- b) Muestre voluntad clara de colaborar con las autoridades;
- c) Y haya roto las relaciones que tenía con los traficantes

La autorización de residencia es válida por un período de un año y será renovable por periodos iguales, si las condiciones referidas anteriormente continuaran a cumplirse o se mantuviera la necesidad de protección de dicha persona

Durante ese período de tiempo, la víctima de tráfico tendrá acceso a los programas oficiales existentes, cuyo objetivo sea el de ayudar a retomar una vida social normal, incluyendo cursos destinados a mejorar sus propias aptitudes profesionales.

Menores

Por lo que respecta a los/a las menores, tendrán los mismos derecho a todos los recursos referidos anteriormente [adecuados a su edad y madurez], pudiéndose prolongar el plazo de reflexión si los intereses del/de la menor lo exigiéran.

También tendrán acceso al sistema educativo en las mismas condiciones que los/las ciudadanos/as nacionales.

Se pondrán en marcha todas las diligencias necesarias para establecer la identidad y nacionalidad del/de la menor no acompañado/a, así como para localizar lo más rápidamente posible a su familia, garantizándose asimismo su representación legal incluso, si fuera necesario, en el ámbito del proceso penal.

Decreto-Ley n.º 368/2007 de 5 de Noviembre

Se podrá conceder autorización de residencia a víctima de tráfico de personas sin que sean necesarios los requisitos anteriormente referidos, siempre que las circunstancias personales de la víctima que tengan que ver con situaciones de vulnerabilidad de la misma, de sus familiares o de las personas que con ella mantengan relaciones cercanas, lo justifiquen.

Los derechos de las víctimas de tráfico

Las personas tenidas como víctimas de tráfico tienen derecho a un plazo de reflexión de 30 a 60 días;

Durante ese período de tiempo se les garantiza el acogimiento en condiciones de seguridad y protección, su subsistencia, el acceso a tratamiento médico urgente y adecuado, apoyo psicológico, asistencia de traducción e interpretación, así como asistencia jurídica.

Una víctima de tráfico tiene derecho a una autorización de residencia con la duración de un año, que puede ser renovada.

Durante esa autorización de residencia tendrá acceso a programas oficiales que tengan como objetivo promover su reinserción.

карний кодекс

Закон 59/2007, від 4 вересня

Стаття 160°

Торгівля людьми

1 - Особа, що здійснює такі дії, як: купівля-продаж, передача, примушення обманним шляхом, отримання, перевезення, надання притулку, відносно людини, з метою сексуальної і трудової експлуатації, або вилучення життєвих органів:

- a) За допомогою насильства, викрадання або погроз;
- b) Хитрістю або обманним шляхом;
- з) Зловживанням повноваженнями у відносинах між членами сім'ї або на робочому місці, в результаті ієрархічної або матеріальної залежності;
- d) Скориставшись психічною недієздатністю або уразливістю положення жертви; або
- e) За допомогою отримання згоди від особи, контролюючої жертву; карається позбавленням волі на термін від трьох до десяти років.

2 - Такі ж заходи покарання застосовуються до осіб, що зробили такі дії, як: примушення обманним шляхом, перевезення, надання притулку, отримання, передача, купівля-продаж, відносно неповнолітнього, з метою сексуальної і трудової експлуатації, або вилучення життєвих органів.

3 - У випадку, передбаченому в попередньому пункті, застосування будь-якого з перерахованих в пункті 1 засобів, з метою витягання із згаданих дій прямої або непрямої особистої вигоди, карається позбавленням волі на термін від трьох до дванадцяти років.

4 - Особа, яка за допомогою підкупу у вигляді платежів або вигод, сприяла купівлі-продажу, передачі, запиту або отриманню неповнолітнього, або ж отримало, або дало, згоду на його усиновлення (удочеріння) в комерційних цілях, карається позбавленням волі на термін від одного до п'яти років.

5 - Особа, яка, будучи ознайомленим з складом злочину, описаним в пунктах 1 і 2, удається до експлуатації потерпілого, або використання його органів, карається позбавленням волі на термін від одного до п'яти років, окрім тих випадків, коли до винного застосовуються строгіші заходи покарання через інші правові норми.

6 - Утримання, утаєння, пошкодження або знищення особистих документів жертви злочину, передбаченого пунктами 1 і 2, карається позбавленням волі на строк до трьох років, окрім тих випадків, коли до винного застосовуються строгіші заходи покарання через інші правові норми.

Закон 23/2007 від 4 липня

Встановлює правовий режим в'їзду, перебування, виїзду і видворення іноземних осіб на території Португалії

Особі, що є вірогідною жертвою торгівлі людьми, надається право на тимчасове перебування на державній території строком від 30-ти до 60-ти днів, даючи, таким чином, можливість для реабілітації потерпілого і отримання ним інформації про правові і організаційні заходи, направлені на захист його інтересів.

Протягом цього періоду потерпілому надаються кошти для існування, доступ до медичного

обслуговування, також гарантуються його захист безпека, надання психологічної і правовій допомоги, послуг перекладача і інтерпретера. Надається вид на проживання іноземному громадянинуві, який є (був) жертвою торгівлі людьми за наступних умов:

- a) При необхідності продовження терміну перебування потерпілого у зв'язку з поточним розслідуванням і юридичним процесом;
- b) За бажанням потерпілого до співпраці з властями;

Вид на проживання видається строком на один рік з правом продовження на однакові проміжки часу, за вищеперелічених умов, що створилися, або при необхідності захисту безпеки потерпілого. Протягом цього часу потерпілий має доступ до існуючих офіційних програм, чиєю метою являється надання допомоги жертвам торгівлі людьми відносно соціальної реабілітації і поверненню до нормального способу життя, включаючи курси навчання, призначені для поліпшення професійональних якостей.

Неповнолітні

Що стосується неповнолітніх, то вони мають право на всі вищеперелічені ресурси (відповідно до їх віку і зрілості), зважаючи на те, що термін їх тимчасового перебування може бути продовжений, якщо того вимагають інтереси неповнолітнього.

Також мають доступ до освітньої системи, на умовах, що і громадяни Португалії.

Будуть задіяні всі необхідні механізми для встановлення особи і національності

неповнолітнього без супроводу дорослих, а також місцезнаходження його сім'ї, гарантуючи, в рівній мірі, його правовий статус, зокрема, при необхідності, в ході кримінального судочинства.

Закон-Ухвала 368/2007 від 5 листопада

Може бути надан видна проживання жертві торгівлі людьми без необхідності дотримання вищенаведених вимог, коли особисті обставини потерпілого, положення самої жертви, членів її сім'ї, що відносяться до уразливості, або близьких, того виправдовують.

Права жертв торгівлі людьми

Особи, що є жертвами торгівлі людей мають право на тимчасове перебування на державній території строком від 30-ти до 60-ти днів;

Протягом цього часу гарантується їх перебування в умовах захисту і безпеки, надання ним коштів для існування, доступ до медичного обслуговування, надання психологічної і правовій допомозі, послуг перекладача і інтерпретера.

Жертва торгівлі людьми має право на вид на проживання строком на один рік з правом його продовження.

За наявності вида на проживання потерпілий має доступ до офіційних програм, чиєю метою являється надання допомозі жертвам торгівлі людьми відносно соціальної реабілітації і поверненню до нормального способу життя.

KODEKS KARNY

Ustawa 59/2007, z 4 września

Artykuł 160.°

Handel ludźmi

1 - Kto oferuje, dostarcza, nakłania, przyzwala, przewozi, kwateruje lub przyjmuje pod dach osobę w celu wykorzystywania seksualnego, zmuszania do pracy lub w celu pobrania od niej organów:

- a) poprzez przemoc, porwanie lub poważne groźby;
- b) poprzez podstęp lub oszustwo;
- c) poprzez wykorzystywanie swojej władzy będącej rezultatem stosunku uzależnienia hierarchicznego, ekonomicznego, pracowniczego lub rodzinnego;
- d) wykorzystując chorobę psychiczną lub sytuację szczególnej słabości, w której znajduje się ofiara; lub
- e) poprzez otrzymanie zgody od osoby, która pełni kontrolę nad ofiarą; może zostać skazany na karę więzienia od trzech do dziesięciu lat.

2 - Ta sama kara jest nałożona na tego, kto w jakikolwiek sposób, nakłania, przewozi, kwateruje lub przyjmuje pod dach nieletniego lub oferuje, dostarcza, przyzwala na wykorzystywanie seksualne, zmuszanie do pracy lub w celu pobrania organów:

3 - W przypadku, o którym mowa w punkcie poprzednim, jeśli sprawca posługuje się którąkolwiek z metod przewidzianych w punkcie nr 1 lub działa zawodowo bądź z intencją zdobycia zysku, może zostać skazany na karę więzienia od trzech do dwunastu lat.

4 - Kto poprzez zapłatę lub inną formę wynagrodzenia oferuje, dostarcza, prosi lub przyjmuje nieletniego lub otrzymuje bądź wyraża zgodę na jego adopcję, może zostać skazany na karę więzienia od jednego roku do pięciu lat.

5 - Kto, mając świadomość o popełnianiu przestępstwa przewidzianego w punktach nr 1 i 2, korzysta z tych usług lub wykorzystuje organy, może zostać skazany na karę więzienia od jednego roku do pięciu lat, jeśli kara nie będzie poważniejsza z racji innych przestępstw związanych z powyższym, o których mówi prawo.

6 - Kto odbiera, chowa, uszkadza lub niszczy dokumenty dotyczące tożsamości lub dokumenty podróży będące własnością ofiary przestępstwa przewidzianego w punktach nr 1 i 2, może zostać skazany na karę więzienia do trzech lat, jeśli kara nie będzie poważniejsza z racji innych przestępstw związanych z powyższym, o których mówi prawo.

Ustawa nr 23/2007 z 4 lipca

Przyjęcie regulacji prawnej dotyczącej wjazdu, pobytu, wyjazdu i wydalenia cudzoziemca z terytorium kraju

Osobie, co do której istnieją podejrzenia, że może być ewentualną ofiarą handlu ludźmi jest przyznawany czas refleksji, który trwa minimum 30 dni i maksimum 60 dni, pozwalając w ten sposób odzyskać siły i uciec od wpływów osób zajmujących się handlem ludźmi. W czasie tego okresu nie stosuje się orzeczenia o wydaleniu.

Podczas tego okresu zapewnia się osobie utrzymanie i dostęp do koniecznej i odpowiedniej opieki medycznej, gwarantuje się ponadto bezpieczeństwo i ochronę, opiekę psychologiczną, tłumaczenia, jak również pomoc prawną w ramach, jakie przewiduje prawo.

Przyznaje się pozwolenia na pobyt cudzoziemca, który jest lub był ofiarą handlu ludźmi, osobie, jeśli:

- a) jest konieczne przedłużenie jej pobytu z powodu śledztwa lub procesów sądowych;
- b) pokazuje jasną wolę do współpracy z odpowiednimi organami władzy;
- c) zerwała kontakty, które miała z osobami zajmującymi się handlem ludźmi

Pozwolenie na pobyt jest ważne przez okres jednego roku i może być odnowione na identyczne okresy, jeśli warunki, o których mowa powyżej są nadal spełniane lub jeśli istnieje konieczność ochrony takiej osoby

Podczas tego okresu ofiara handlu ludźmi ma dostęp do oficjalnie istniejących programów, których celem jest pomoc w powrocie do normalnego życia społecznego, włączając w to kursy przeznaczone do ulepszenia swoich kwalifikacji zawodowych.

Nieletni

Jeśli chodzi o nieletnich, mają oni prawo do wszystkich środków, o których mowa powyżej (odpowiednich dla swojego wieku i stopnia dojrzałości), i czas refleksji może być wydłużony, jeśli wymaga tego sytuacja nieletniego.

Mają oni również dostęp do systemu edukacyjnego na tych samych warunkach, co rodzimi obywatele.

Podejmie się wszelakie środki w celu ustalenia tożsamości i narodowości nieletniego pozostającego bez opieki, jak również w celu jak najszybszego zlokalizowania jego rodziny, gwarantując mu równocześnie opiekę prawną, jeśli konieczne, w ramach procesu karnego.

Uchwała nr 368/2007 z 5 listopada

Może zostać przyznane pozwolenie na pobyt ofierze handlu ludźmi bez konieczności spełnienia wymagań, o których mowa powyżej, kiedy okoliczności osobowe ofiary związane są z trudną sytuacją w jakiej takowa się znajduje i jej rodzina lub osoby z którymi utrzymuje ona bliskie kontakty to potwierdzają.

Prawa ofiary handlu ludźmi

Osobom, co do których istnieją podejrzenia, że mogą być ewentualnymi ofiarami handlu ludźmi jest przyznawany czas refleksji, który trwa od 30 dni do 60 dni;

Podczas tego okresu zapewnia się osobie utrzymanie i dostęp do koniecznej i odpowiedniej opieki medycznej, gwarantuje się ponadto bezpieczeństwo i ochronę, opiekę psychologiczną, tłumaczenia, jak również pomoc prawną w ramach, jakie przewiduje prawo.

ofiara handlu żywym towarem ma prawo do pozwolenia na pobyt na okres jednego roku, które może być odnowione.

Podczas pobytu ma dostęp do oficjalnych programów mających na celu powrót do normalnego życia.

刑法典

2007年09月04日第59号法律
第160条

人口贩卖

1. 以进行性剥削、劳工剥削或切除人体器官为目的，通过以下手段提供、送交、引诱、招募、运送、收容或窝藏任意人口的任何人：
 - a) 暴力、诱拐或严重威胁；
 - b) 欺诈性诡计或操纵行为；
 - c) 利用等级依赖、经济依赖、工作或家庭依赖关系滥用权利；
 - d) 利用受害人的精神障碍或特殊脆弱情况；或
 - e) 通过取得对受害人有控制权的人员的同意；
 将被判处3-10年有期徒刑。
2. 上述条款同样适用于以进行性剥削、强迫劳动或切除人体器官为目的，通过任意手段唆使、运送和进行收容或窝藏未成年人，或送交、提供或招募未成年人的任何人。
3. 在以上条款所述情况下，如代理人使用了第1条分款中所述任意手段、或采取专业行为或以获取金钱为目的，将被判处3-12年有期徒刑。
4. 对于通过付款或其他补偿方式提供、送交、教唆或招募未成年人，或为其收养获取或给予认可的任何人，将判处1-5年有期徒刑。
5. 对于了解以上第1条和第2条所述犯罪行为而利用受害人服务或器官的任何人，如根据其他法律条文规定不适于判处较长期限徒刑，将判处1-5年有期徒刑。
6. 对于保留、隐藏、损坏或毁坏以上第1条和第2条所述犯罪行为受害人的身份证明文件或旅行证件的任何人，如根据其他法律条文规定不适于判处较长期限徒刑，将判处3年以下有期徒刑。

2007年07月04日第23号法律

批准外国人入境、居留、出境和驱逐出境的法律体系

对于已表明为可能的人口贩卖受害人的人员，可给予最长60天、最短30天的反省期，以使其摆脱贩卖的影响并从中恢复。在此反省期间，不得采取任何驱逐措施。

此外，在此期间还应保证上述人员可获得衣食以及可接受适当的紧急医疗，并保证其安全和防护、心理援助和口笔译的提供，以及法律条款规定的法律援助。

对于作为或已成为人口贩卖受害人的外国公民，在下列条件下可授予其居留权：

- a) 法律调查和法律程序表明可延长其居留期限；
- b) 其明确表明愿意与相关当局合作；
- c) 其已与人口贩脱离关系。

如需继续执行上述条件或需继续保护该人员的安全，其居留权持续一年有效，且可延续同等期限。

在此期间，贩卖受害人可参加当前以帮助其恢复正常社会生活为目的的法定项目，包括提高其专业技能的课程。

未成年人

未成年人有权利利用上述所有资源（与年龄和成熟度相适应的资源），并且在出于未成年人利益考虑的情况下可相应延长其反省期。

在与本国公民同等的条件下也可接收教育。

此外，还将通过所有必要程序确定未与父母同行的未成年人的身份和国籍、尽快查找其家庭所在地、以及保证其法定代表，必要时包括其在犯罪发生地的法定代表。

2007年11月05日第368号法令

如人口贩卖受害人的脆弱性、家庭成员或与之有密切关系的人员可为其提供证明，则受害人可获得居留权，而无需满足上述要求。

人口贩卖受害人的权利

- 已表明为人口贩卖受害人的人员可享有30-60天的反省期。
- 在反省期间，其庇护场所的安全和防护、衣食、适当的紧急医疗、心理援助以及口笔译服务均可得到保证。
- 人口贩卖受害人还有权获得为期一年的居留权，并且可延续。
- 在其具有居留权期间，其有权利参加帮助其重新融入社会的法定项目。

CODUL PENAL

Legea 59/2007 din 4 septembrie

Articolul 160.º

Traficul de persoane

1 - Persoana care oferă, transmite, îndeamnă, acceptă, transportă, adăpostește sau primește persoane în scopul exploatării sexuale, a forței de muncă sau a cedării de organe:

- a) Prin intermediul violenței, răpirii sau amenințării grave;
- b) Prin înșelăciune sau fraudă;
- c) Prin abuz de putere rezultând dintr-o relație de dependență ierarhică, economică, de muncă sau familială;
- d) Profitând de incapacitatea psihică sau de situația specială de vulnerabilitate a victimei, sau
- e) Prin intermediul obținerii consimțământului persoanei care deține controlul asupra victimei, este pedepsită cu pedeapsă de închisoare de la trei la zece ani.

2- Aceeși pedeapsă se aplică celor care prin orice mijloc, încurajează, transportă sau adăpostesc sau primesc în găzduire minori sau îi transmit, îi oferă sau acceptă în scopul exploatării sexuale, a forței de muncă sau a cedării de organe.

3- În cazul prevăzut la numărul anterior, dacă agentul utilizează oricare din mijloacele menționate în aliniatele de la nº 1 în exercițiul profesiei sau cu scop lucrativ, este pedepsit cu închisoare de la trei la doisprezece ani.

4 - Persoana care, în schimbul unei sume de bani sau al altui beneficiu, oferă, transmite, solicită sau acceptă un minor, sau obține ori își dă acordul pentru adoptarea acestuia este pedepsită cu închisoare între unu și cinci ani.

5 - Persoana care, având cunoștință de practicarea unei infracțiuni prevăzute la nº 1 și 2 folosește serviciile sau organele victimei este pedepsit cu pedeapsă de

închisoare de la unu la cinci ani, fără să fie luată în considerare posibilitatea de mărire a pedepsei în funcție de dispoziția legală aplicabilă.

6 - Persoana care reține, ascunde, deteriorează sau distruge documente de identitate sau de călătorie ale victimei unei crime prevăzute la nº 1 și 2 este pedepsită cu pedeapsă de închisoare de până la 3 ani fără să fie luată în considerare posibilitatea de mărire a pedepsei în funcție de dispoziția legală aplicabilă.

Legea nº 23/2007 din 4 iulie

Aprobă regimul juridic privind intrarea, rămânerea, ieșirea și expulzarea străinilor de pe teritoriul național

Persoanei care a fost identificată ca fiind eventual victima traficului de ființe umane i se acordă un termen de gândire cu o durată de minim 30 și maxim 60 de zile, permițând în acest fel să se recupereze și să iasă de sub influența traficantilor. În acest timp de reflecție, nu este posibilă aplicarea măsurii de expulzare.

Pe durata acestui termen, persoanei în cauză i se asigură mijloacele de subzistență necesare precum și accesul la îngrijiri medicale urgente și adecvate, fiindu-i de asemenea garantată siguranța și protecția, asistență psihologică, asistență în domeniul traducerii și interpretării precum și asistență juridică în termenii prevăzuți de lege.

Cetățeanului străin care este sau s-a aflat în situația de victimă a traficului de persoane i se acordă autorizație de rezidență în cazul în care îndeplinește următoarele condiții:

- a) Este necesară prelungirea permanenței sale datorită investigațiilor și procedurilor judiciare;
- b) Își manifestă în mod clar voința de a colabora cu autoritățile;
- c) A întrerupt orice fel de relații cu traficanții

Autorizația de rezidență este valabilă pe o perioadă de un an și este renovabilă pe perioade egale de timp în cazul în care condițiile enumerate anterior se mențin sau există necesitatea de a proteja persoana respectivă. Pe această perioadă, victima traficului de ființe umane are acces la programele oficiale existente al căror obiectiv îl reprezintă reintegrarea într-un mod de viață normal, incluzând cursuri destinate îmbunătățirii calificării profesionale.

Minori

În ceea ce privește minorii, aceștia au dreptul la toate mijloacele mai sus menționate (în funcție de vârstă și maturitate) iar perioada de reflecție poate fi prelungită în cazul în care interesul minorului așa o cere.

Minorii au de asemenea acces la sistemul educațional în egalitate de drepturi cu cetățenii naționali.

Vor fi luate toate măsurile necesare pentru stabilirea identității și naționalității minorilor neînsoțiți precum și localizarea cât mai repede cu putință a familiei acestora, fiindu-le de asemenea garantată reprezentarea juridică, inclusiv, dacă este cazul, în cadrul unui proces penal.

Decretul-Lege n.º 368/2007 din 5 noiembrie

Victimei traficului de ființe umane i se poate acorda o autorizație de rezidență fără să fie necesară îndeplinirea condițiilor de mai sus, atunci când aceasta este justificată de situații de vulnerabilitate a acesteia, a familiei sau persoanelor apropiate.

Drepturile victimelor traficului de ființe umane

Persoanele identificate ca victime ale traficului de ființe umane au dreptul la un termen de gândire cu o durată de minim 30 și maxim 60 de zile;

Pe durata acestui termen, persoanei în cauză i se asigură mijloacele de subsistență necesare precum și accesul la îngrijiri medicale urgente și adecvate, fiindu-i de asemenea garantată siguranța și protecția, asistență psihologică, asistență în domeniul traducerii și interpretării precum și asistență juridică.

Victimele traficului de ființe umane au dreptul la o autorizație de rezidență pe o perioadă de un an cu posibilitatea de a fi renovată.

Pe perioada pe care beneficiază de autorizație de rezidență acestea au acces la programele oficiale existente, în scopul reintegrării.